

MICROTERRITORIALIDADES NAS CIDADES: UMA INTRODUÇÃO À TEMÁTICA

NÉCIO TURRA NETO

Universidade Estadual Paulista

Campus de Presidente Prudente

necioturra@fct.unesp.br

O tema das microterritorialidades nas cidades remete a estratégias de uso, apropriação e defesa de pequenas porções do espaço urbano por parte de grupos sociais, como jovens, mulheres, homossexuais, travestis, negros, entre tantas outras alteridades, quase sempre invisibilizadas, seja pela sociedade em geral, seja pelas políticas públicas e pela ciência, mas que, subterraneamente, também produzem a cidade, tanto material quanto imaterialmente, porque produzem espaços e formas culturais de convivências específicas.

É um tema que só recentemente tem sido desenvolvido na Geografia brasileira e, por isso, ainda está em processo de consolidação teórico-metodológica. Nesse sentido, quaisquer ideias sobre a questão não podem ser tomadas para além de posições individuais, num momento em que ainda não se produziram consensos – ou mesmos dissensos – sobre seus significados, definições, enquadramentos metodológicos ou teóricos. São questões em aberto, em que a pluralidade de temas e abordagens tem apontado caminhos promissores. Contudo, do nosso ponto de vista, seria interessante nos perguntarmos pela unidade, pelas dimensões que podem representar pontos de convergência, não como forma de promover enquadramentos, mas de construir canais de comunicação.

Nessa perspectiva, tocaremos em três pontos que consideramos centrais e que assinalam alguns dos desafios no delineamento da temática, como uma proposta de apresentar o que poderia constituir alguns dos canais de comunicação:

1. a natureza interdisciplinar da temática; 2. os significados da opção pelo conceito de território; 3. a questão da escala.

1. Num primeiro momento, julgamos importante salientar que o tema das microterritorialidades nos remete a uma “microgeografia” (GOMES, 2001) e pode ser situado no contexto da emergência, nas Ciências Sociais, de perspectivas que revalorizam os sujeitos, não só como determinados pelas estruturas em que se encontram inseridos, mas também como portadores de ações, capazes de tensionar e colocar tais estruturas em movimento. Ações que se situam no seio na vida cotidiana e das práticas mais banais, como habitar a cidade, divertir-se, rezar, transar etc., entendidas como expressões da vida social mais ampla e que merecem uma “análise geográfica profunda” (LINDÓN, 2006, p. 357).

Ainda que possamos encontrar “precursores” dessas geografias preocupadas com os sujeitos sociais entre geógrafos que vêm produzindo desde a primeira metade do século XX, como Dardel, Lowenthal, Hägerstrand – só para citar alguns dos exemplos trazidos por Lindón (2006) –, o que estamos denominando aqui de “microgeografia” pode ser lido como o correspondente, na nossa disciplina, àquilo que na História tem se chamado de “micro-história” e, na Sociologia, de “microsociologia”. Ou seja, uma Geografia que pode estar mais em ruptura do que em continuidade com a tradição identificada por Lindón (2006). E se reconhecemos que estamos diante de um movimento mais amplo que envolve outras ciências sociais, é possível pensar a temática das microterritorialidades com um campo de diálogos interdisciplinares, tanto no plano dos temas e sujeitos tomados como objetos de estudo, como no dos métodos de pesquisa e interpretação.

Todavia, como continuar fazendo Geografia numa conjuntura em que a tradição da nossa ciência oferece pouco respaldo? Penso que um caminho promissor seria nos colocarmos a questão da nossa identidade disciplinar. Nesse sentido, sugerimos que o diálogo interdisciplinar não nos pode afastar das preocupações próprias da nossa disciplina, pois temos que realizar o trabalho intelectual de constituir nossos estudos como geográficos. Nossa identidade de geógrafos deve ser uma elaboração permanente, feita no processo mesmo da

pesquisa – desde a construção da problemática, até a interpretação dos resultados –, como precondição, inclusive, para um diálogo interdisciplinar profícuo.

Assim como a micro-história (LEVI, 2011), esta “microgeografia”, tal como a estamos praticando, também se aproxima da Antropologia em muitos dos seus aspectos: seja daquela Antropologia que tem se situado no quadro da “virada espacial” e repensado suas formas de encarar a cultura (CLIFFORD, 2000) e a diversidade cultural (GUPTA; FERGUSON, 2000), seja daquela Antropologia Interpretativa, que se assume como ciência microscópica – com todos os problemas metodológicos daí decorrentes –, tal como proposta por Geertz (1978).

Contudo, diferente do que Geertz considera para os antropólogos – que estudam em aldeias e em cidades, mas não necessariamente as aldeias e as cidades –, do nosso ponto de vista, a cidade nos interessa. A partir dessa perspectiva, disciplinarmente situada, consideramos que, à complexidade da cidade e da produção do espaço urbano, soma-se a complexidade própria da constituição histórica e geográfica dos diversos grupos e agregados sociais, na sua relação – em regra bastante tensa – com as estruturas sociais, espaciais, culturais e políticas dominantes, os quais precisam ser compreendidos nas suas próprias singularidades.

O espaço urbano, levando em conta essa realidade, apresenta-se, por um lado, formado por uma materialidade e um conjunto de práticas sociais funcionais à reprodução do modo de produção capitalista e dos procedimentos cotidianos definidos por ele. Por outro lado, ele também apresenta diversas realidades de convivência de pequenos grupos de interesse que se segregam, se evitam, se aproximam, alterando a funcionalidade das práticas, as próprias condições materiais dos lugares e os códigos de identificação e representação de si mesmos e dos outros, com os quais co-habitam a cidade¹.

Ainda que o interesse, na perspectiva das microterritorialidades, seja com as especificidades de interações socioespaciais de grupos e agregados singulares, não podemos perder de vista que esses sujeitos sociais se territorializam em um espaço

¹ Agradeço a Benhur Pinós da Costa por estas ideias e pela leitura amistosa e crítica desta introdução.

que é, ele próprio, histórico e social, e que compreender a territorialização que ali se realiza depende também de conhecer suas condições de possibilidade, o que remete à própria materialidade do espaço. Ao mesmo tempo, é preciso considerar também que tal territorialização joga um papel importante no movimento incessante de produção dessa mesma materialidade.

Assim, apesar de estarmos num campo de debates interdisciplinar, a discussão tem implicações para (re)pensarmos a Geografia, no sentido de que parece que ainda nos deparamos com a clássica questão da sua unidade – o estudo das relações entre sociedade e natureza ao longo do tempo –, mas colocada aqui em outros termos: a necessidade de estudarmos, de forma indissociável, a relação entre a materialidade do espaço e a imaterialidade das interações entre os diferentes sujeitos que o habitam, o praticam, o negociam. E é nesse sentido que, ao focarmos nossa preocupação no campo da cultura e da ação social, não podemos perder de vista o espaço em que esta prática acontece, não apenas para pensarmos em sua espacialização, mas para pensarmos (dialeticamente) que o onde acontece não é sem importância para a forma do acontecer, num movimento de mútua fundamentação. Por isso, certa visão unitária persiste em nossos estudos – com todos os desafios que ela nos traz –, como uma espécie de atualização de uma das tradições mais fortes da nossa disciplina.

2. A partir da perspectiva do conceito de território, a dimensão política é colocada no centro das reflexões, dando o tom dos debates. O tema das Microterritorialidades nas Cidades nos conduz, portanto, à consideração da espacialidade dos diversos grupos sociais e suas coexistências negociadas no espaço urbano, na maior parte das vezes carregadas de tensões, o que não representa a totalidade das práticas espaciais. Nesse sentido, não estamos interessados em todas as práticas espaciais cotidianas dos sujeitos, mas, predominantemente, naquelas que fundam – alteram, ressignificam, anulam, recriam – territórios. Em outros termos, estamos argumentando que nem todas as práticas espaciais são do tipo territorial, pois não são portadoras de investimentos emocionais, de tempo, e mesmo financeiros, na exposição de uma alteridade em

meio a outras, que conduza a uma necessidade de afirmação identitária, a qual, por sua vez, demande a constituição de territórios como estratégia de interação com o diferente/desigual. Pode ser que alguns sujeitos venham a cruzar espaços, praças e ruas que são territórios em disputa por certos grupos, e nem tomem conhecimento disso, porque não se colocam no jogo territorial do qual aqueles grupos participam, podendo, no entanto, colocar-se em outros jogos territoriais. Pode ser que certas práticas espaciais dos sujeitos sociais que estudamos estabeleçam interações espaciais de natureza diferente daquelas que constituem territórios.

Por outro lado, ainda que entendamos que as pessoas portem em seus corpos suas identificações grupais, as marcas identitárias que as situam social e economicamente nas “geometrias de poder” – para usar uma expressão de Massey (2008) –, do nosso ponto de vista, tais corpos em movimento pela cidade, circulando pelo espaço público, só podem vir a se territorializar em combinação com os outros, de modo que território envolve uma experiência coletiva de situar-se no espaço urbano de forma negociada em relação a uma alteridade a quem a territorialização é comunicada e percebida, num jogo de reconhecimento e evitação. Território tem, portanto, uma extensão que expressa uma tensão².

Nesse sentido, temos defendido a necessidade de “reduzirmos” o conceito de território à sua dimensão justa – tal como Geertz propõe que se faça para o conceito de cultura. Do contrário, corremos o risco de definir toda espacialidade humana como território (tudo é território!?) e, com isso, esvaziar o conceito de seu poder explicativo, ou, em outro sentido, de sua força enquanto recurso argumentativo para elaboração de leituras sobre as interações sociais mediadas pelo espaço. Assim, temos que avaliar os limites do próprio conceito, ao mesmo tempo em que devemos nos abrir para outras construções conceituais que nos permitam, desde a Geografia, abarcar a pluralidade de práticas espaciais dos sujeitos que estudamos.

² Agradeço a Antônio Henrique Bernardes por ter chamado a nossa atenção para a extensão do fato territorial num contexto relacional e, também, pela leitura e contribuições a esta introdução.

3. A questão da escala deve ser problematizada em dois planos diferentes. Primeiramente, no plano metodológico, de construção da perspectiva do estudo que opta pelo micro, pelo local e pontual, e em segundo “lugar”, no plano da constituição dos sujeitos sociais e sua ação como objetos de pesquisa, em que a escala aparece não como uma delimitação espacial para termos acesso às práticas no processo de investigação, mas como uma elaboração ativa das interações espaciais múltiplas que tais sujeitos estabelecem, seja na constituição de si, a partir de referências transterritoriais, seja na sua prática cotidiana, pelos seus trânsitos e comunicações – perspectiva inspirada em Smith (2002).

Um exemplo do que estamos querendo dizer pode ser oferecido a partir dos estudos que desenvolvemos sobre jovens ligados ao movimento *hip-hop*. As referências dessa cultura juvenil chegam aos mais diversos lugares pelos meios de comunicação de massa, ou por canais mais alternativos de difusão de informação. Nas periferias pobres de várias cidades, tais referências têm rebatimentos sobre jovens que passam a reconhecer nelas expressões adequadas para falar de si, da sua vida, do seu lugar socioespacial. Incorporando-as, circulam para além de seus bairros e se articulam com jovens de outros pontos da cidade que também portam as mesmas referências e, então, constituem juntos uma territorialização da cultura *hip-hop* à escala da cidade – em regra, no centro tradicional. Assim, quantas escalas estão envolvidas na constituição destes sujeitos, de suas interações e de seus territórios na cidade? Múltiplas escalas que se combinam, sem se excluir. Escalas que articulam o mundo aos corpos no bairro, estes, às conexões mais amplas na cidade, e esta, ao mundo de interações para além do lugar, chegando ao nacional e internacional, num movimento de muitas vias.

Contudo, nosso acesso a estes jovens, assim como o encontro e o convívio com eles ocorrem na escala dos tempos e espaços da sua vida cotidiana, na experiência que têm da cidade, enquanto praticantes da cultura *hip-hop* localmente. Ou seja, um tipo de estudo ancorado espacialmente numa “especificidade complexa” (expressão de Geertz, [1978]) que prima, sobretudo, pelas metodologias qualitativas, as quais podem nos conduzir a um conhecimento em profundidade de

uma realidade muito circunscrita. Nesse sentido, também, consideramos que a questão das microterritorialidades nas cidades é uma temática que concerne a certa “microgeografia”, na forma como é feita, enquanto prática espacial e metodológica de pesquisa.

Como um ponto de vista, o que está posto neste texto não encontra certamente consensos fáceis, seja em relação aos pontos acima elencados, como sendo os mais prementes para um delineamento da temática, seja em relação ao que foi dito sobre cada um deles.

Os próprios artigos aqui reunidos no dossiê temático sobre Microterritorialidades nas Cidades revelam a diversidade de posições que perfaz hoje o debate, evidenciando, na verdade, que a leitura das interações socioespaciais pelo viés da microterritorialidade pode incorporar não só uma enorme variedade de sujeitos e práticas como objetos de estudo, mas também uma pluralidade de abordagens metodológicas. Passemos então aos artigos.

Werther Holzer, no seu texto **Sobre Territórios e Lugaridades**, traz a tese de que para compreender os territórios é preciso entender os lugares, pois é a partir dos lugares em que estabelecemos nossos mundos comuns, que podemos elaborar delimitações entre este mundo e o dos outros que pertencem a um espaço mais amplo de interações, das quais temos apenas ideias vagas. Fundamenta esta tese com o aporte da Fenomenologia e sua incorporação aos estudos de geógrafos clássicos, como Tuan e Relph, em suas discussões sobre espaço vivido e lugar. Propõe que lugar e território sejam lidos como movimento dos seres no mundo, constituindo permanentemente seu espaço de interação, a partir de seus lugares. Geograficidade, lugaridade e territorialidade, termos de grande peso no argumento do autor, fazem-nos perguntar sobre os sentidos do acréscimo do sufixo (*idade*) a adjetivos já consagrados no discurso geográfico (geográfico, lugar/local e territorial), retornando-os à sua condição de substantivos.

O texto de Benhur Pinós da Costa e Antônio Bernardes, **Microterritorializações Homoafetivas na Cidade de Presidente Prudente-SP: o lazer noturno e as relações de interface**, faz-nos adentrar um universo densamente

descrito de táticas de relacionamentos homoafetivos em meio a uma sociedade heteronormativa. Trazem a escala da microterritorialidade para os corpos – portadores de identidades individuais e coletivas – e seus deslocamentos pelo espaço e em interação com outros corpos, num *lócus* estabelecido pelo mercado, como espaço para sociabilidade homoerótica. Corpos diferentes, posicionados e portadores de diferentes intencionalidades, (micro)territorializam-se de formas particulares nesse cenário. Aliado a isto, temos as redes sociais, especialmente o *Facebook*, que ajudam a compor todo um universo interativo em que se projetam desejos, sociabilidades e táticas espaciais para o encontro e a festa.

Ângelo Serpa, no texto **Microterritórios e Segregação no Espaço Público da Cidade Contemporânea**, propõe instigante discussão sobre a pertinência do conceito de território e mesmo de microterritório, num contexto de despolitização das relações entre diferentes e desiguais, nos espaços públicos das cidades contemporâneas, tendo em vista que o conceito de território é um conceito político por excelência. Para o autor, a projeção de barreiras identitárias nos espaços públicos, sejam elas culturais ou de classe social, está produzindo segregações que esvaziam o espaço público da sua potencialidade de produzir a esfera pública, ou o espaço da emancipação política. A visão distópica do autor nos coloca diante de uma sociedade em desagregação, em decorrência de microagregações identitárias, que se projetam nos espaços públicos, dando visibilidade às suas diferenças, sem deixar evidentes suas proximidades potenciais. Num mundo público assim constituído, haveria pouco espaço para a ação política.

No texto **Compartilhamento e Microterritorialidades do Espaço Social Metropolitano**, Álvaro Luiz Heidrich tece uma abordagem da complexidade do viver contemporâneo, tendo como referência o espaço urbano tomado, ao mesmo tempo, como meio e mediação da vida em sociedade e como *lócus* de fraturas sociais diversas – sejam aquelas decorrentes das desigualdades sociais, vinculações políticas ou manifestações geracionais – que promovem uma multiplicidade de microterritorializações na cidade. Para o autor, apesar das grandes diferenças de sujeitos e ações capazes de produzir microterritórios, o ponto em comum está no

fato de que existe o reconhecimento de uma identidade agregadora entre os sujeitos, que faz com que estabeleçam relações espaciais que fundam territórios. Tomando como estudo de caso a metrópole gaúcha, o autor nos apresenta pesquisas desenvolvidas sobre diferentes estilos de vida e suas expressões territoriais, sobre grupos que realizam ocupação irregular na cidade e grupos juvenis de pichadores. Em relação à prática da pichação, o autor argumenta que:

Se a construção da identidade é reforçada pela vinculação do jovem a um grupo, portanto, um atributo mais social do que territorial, ela apenas se completa com a prática que, por se efetivar como marcação em espaço, adquire então o vínculo territorial. E a lógica se propaga interna e externamente devido à relação com o outro grupo. O jogo tem a ver com a diferenciação e vai implicando mutuamente sujeitos e territorialidades (HEIDRICH, 2013, p.86).

O texto de Álvaro dá margem a questionar se todas as práticas espaciais podem ser lidas a partir da noção de microterritorialidade. Ao apresentar o caso dos ciclistas que se reúnem de quando em quando e realizam circuitos diversos pela cidade, o autor se interroga se esse grupo, a partir dessa prática espacial, viria a constituir territórios na cidade.

Por fim, mas não menos importante, temos o texto de Mônica Lacarrieu, **Ciudades contemporâneas: tensiones entre microterritorialidades y lugares negociados y/o disputados en contextos de “inter-territorialización”**. A partir da Antropologia e da Sociologia, a autora apresenta uma série de questões problemáticas inerentes ao debate sobre território e microterritorialidade, que tocam diretamente a nós, geógrafos. Pergunta-se até que ponto a explicação das interações sociais pode ser ancorada no espaço e se, ao fazê-lo, não cairíamos numa abordagem espacialista do social. Considera que tais interações tão somente se espacializam ou, no limite, produzem espaço, mas não podem ser explicadas por ele. Indaga-se se a abordagem territorial não seria uma perspectiva ancorada na modernidade em crise, em que a cidade é vista como um mosaico de guetos homogêneos internamente. Com base em trabalhos empíricos em Buenos Aires, defende uma abordagem que considera a espacialização dos diferentes grupos a partir de fronteiras flexíveis e zonas intersticiais de desterritorialização, as quais

resultam de um movimento que, ao mesmo tempo, debilita fronteiras e as reinstaura em novos formatos, interna e externamente às cidades. Argumenta que multiculturalidade e seu desdobramento na ideia de multiterritorialidade podem conduzir a uma visão da cidade a partir de uma cartografia particularista e não problemática das interações sociais, ao fixar grupos, identidades a lugares. Como alternativa, propõe os termos interculturalidade e, por dedução, interterritorialidade, como formas de elaborar uma leitura mais híbrida da diferença cultural e suas interações, em permanente movimento na cidade. Para a autora, as negociações que fazem da cultura e do espaço um lugar, um território, não são produtos do lugar e do território. A territorialidade é uma condição, entre outras dessas negociações, não uma determinante.

Este conjunto de artigos, reunidos sob o número temático, aponta a diversidade de problemas que diferentes pesquisas têm se colocado e explora as potencialidades e limites da perspectiva microterritorial no estudo das interações socioespaciais. São trabalhos que ora partem de espaços concretos, para ali encararem as práticas territoriais, ora partem dos sujeitos que se territorializam. Gênero, geração, etnia etc. entram na composição das diversidades culturais em interação nas cidades e das diferentes formas de praticar e negociar o espaço. E como a abordagem territorial tem sido aquela que, na Geografia, tem-nos permitido, mais amplamente, abordar os sujeitos sociais e suas relações socioespaciais, a diversidade de sujeitos nos conduz à multiplicidade de interações que resultam em diferentes territórios. Daí a grande dificuldade de generalização teórica, metodológica e conceitual, num contexto marcado pela pluralidade de casos e situações, o que pode indicar um caminho muito mais indutivo do que dedutivo para esta trajetória científica que se constitui.

REFERÊNCIAS

- CLIFFORD, James. Culturas viajantes. In: ARANTES, Antônio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 50 – 79.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- GOMES, Paulo César da Costa. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 93 – 113.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 30 – 49.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. Compartilhamento e microterritorialidades do espaço social metropolitano. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 10, n. 17, pp. 76-106, 2013.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUNESP, 2011. p. 135 – 163.
- LINDÓN, Alicia. Geografías de la vida cotidiana. In: HIERNAUX, Daniel.; LINDÓN, Alicia. (dirs.): *Tratado de Geografía Humana*. Barcelona: Anthropos Editorial-México: Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2006. p. 356 – 400.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas de escala. *Terra Livre*, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 127-146, jul/dez., 2002.